

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E MANUAIS ESCOLARES NO PARÁ
REPUBLICANO (1900-1920)**

**HISTORY, MEMORY AND SCHOOL MANUALS IN REPUBLICAN PARÁ
(1900-1920)**

**HISTOIRE, MEMOIRE ET MANUELS SCOLAIRES DANS LE
REPUBLICAIN PARA (1900-1920)**

Wanessa Carla Rodrigues CARDOSO¹

82

RESUMO

O presente artigo tem como escopo analisar as memórias e as narrativas históricas construídas pelo regime Republicano no Pará, a partir da análise dos livros adotados no ensino primário, “Alma e Coração” e “Apostilas de História do Pará” de Hygino Amanajás e Theodoro Braga, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1900), e das discussões sobre memória de David Lowenthal. Suscitando reflexões sobre as preocupações republicanas em construir a memória da nação, através da disciplina História e dos manuais escolares, como estratégia necessária a afirmação do regime.

Palavras-chave: Memória; História; República; Manuais Escolares.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the memories and historical narratives built by the republican regime in Pará, as from the analysis of the books adopted in primary school, Hygino Amanajás and Theodoro Braga’s “Alma e Coração” and “Apostilas de História do Pará”, belonging to the *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* (1900) (Historical and Geographical Institute of Pará), and as of discussions on memory of David Lowenthal. It raises reflections about the republican concerns in building the nation’s memory, through the History subject and the school manuals as a necessary strategy to the regime’s affirmation.

Keywords: Memory; History; Republic; School Manuals.

RESUME

Cet article vise à analyser les mémoires et les récits historiques construits par le régime républicain au Pará, à partir de l’analyse des livres adoptés dans l’enseignement primaire, “Alma e Coração” et “Apostilas de História do Pará” de Hygino Amanajás et Theodoro Braga, appartenant à le *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* (1900) (Institut historique et géographique de Pará), et des discussions sur la mémoire de David Lowenthal. Cela soulève des réflexions sur les préoccupations républicaines dans la construction de la mémoire de la nation, à travers la discipline Histoire et des manuels scolaires, comme stratégie nécessaire à l’affirmation du régime.

Mots clés: Mémoire; Histoire; République; Manuels Scolaires.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, linha de pesquisa Currículo e Formação de Professores; Doutoranda no programa de pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST). E-mail: wanakal@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira República, muitas estratégias foram utilizadas para a conformação do regime, por políticos e intelectuais do período. Buscando no passado elementos que pudessem responder a seus interesses, predileções e preocupações do presente (LOWENTHAL, 1998). Entre as necessidades dos republicanos era latente a de construir uma narrativa que desse credibilidade ao novo regime.

Seguindo as reflexões de Lowenthal (1998), o passado como um país estrangeiro encontra-se onipresente, está em todas as partes, necessitando de ordenação, de uma lógica para lhe dar inteligibilidade, e a memória é uma das vias de acessar esse passado no presente. Assim, festas cívicas, o culto a heróis republicanos, as renomeações de ruas, a bandeira o hino, a instrução pública, as disciplinas como Geografia e História pátria e os manuais escolares seriam os meios pelos quais as ideias ou visões de República, alcançariam um número maior de pessoas, contribuindo decisivamente para a afirmação novo regime, que modelaria o novo cidadão republicano

Nesse sentido, a proposição de uma educação republicana é pensada como antítese da educação imperial, isto é, uma educação republicana é afirmada a partir da negação da imperial, que considera que a formação de professores, o ensino primário, os métodos pedagógicos, a instrução popular e feminina, sigam os ditames da moderna ciência pedagógica, adotada nos países considerados modelos de civilidade, com objetivo de superar o atraso provocado pela instrução imperial. Portanto o passado é construído e reconstruído de acordo com as necessidades do presente, de acordo com o que é digno ou não ser lembrado, tornando-o crível (LOWENTHAL, 1998).

A construção da ideia de que a instrução pública e tudo que lembrasse a monarquia tivesse sido um fracasso é uma faceta desse processo, pois mesmo não se configurando uma ruptura total com o período anterior, e na prática as permanências eram muito mais sentidas, os republicanos teceram representações duais da monarquia, ora negando-a, ora dialogando com o período imperial. Como a instrução pública torna-se uma das bandeiras da Primeira República, e a escola seria um veículo importante de transmissão das novas ideias que configurariam a nova nação republicana, ampliam-se o número de grupos escolares, de produção de livros ou manuais didáticos, e de estratégias de ensino e formação ou

homogeneização do professorado aos novos preceitos, justificando-se com a necessidade a superar o atraso e a degradação herdada do Império na visão de muitos republicanos.

Gradativamente, ao longo do processo de consolidação da República no Pará, houve uma ampliação do número de vagas no ensino público, graças as inaugurações e reformas dos estabelecimentos de ensino e da criação dos Grupos Escolares na capital e no interior. As obras públicas e as reformas de instituições como o Lyceu Paraense, já nesse momento equiparado ao Ginásio Nacional, e da Escola Normal, passam a ser um símbolo da modernização da cidade e da própria instrução pública no Estado. Para muitos intelectuais republicanos a instrução era via principal de regeneração social e elevação moral do indivíduo.

Segundo Theodoro Braga, ao discorrer sobre a *Evolução das escolas primárias no Pará*, já havia em 1906 em torno de “565 escolas primárias, e no anno seguinte 27 grupos com um total geral de 23.327 alumnos de frequência” (BRAGA, 1915, p. 47). Essa ampliação do ensino primário no Pará e as preocupações republicanas com a instrução pública, são constantemente exaltadas nas revistas pedagógicas do período, como via de se alcançar o progresso e a civilização, como nos mostra esse trecho da revista “O Ensino”:

Entre os milagres que estão operando em nossa terra ha de figurar a somma grande de esforços e de sacrificios que se estão fazendo que a instrução dia a dia suba de nível e nós possamos em tempos, que não tardem, saudar a aurora, que nos ilumine que não tenha que daixar-nos vexados porque em nosso meio vivem homens analphabetos. Só então serão legítimos os nossos orgulhos de paraenses e de brasileiros. D'ahi, pela minha parte, o empenho com que curo de enquanto se refere ao ensino e os meus sinceros applausos aos que lidam ao se aperfeiçoar a si, aperfeiçoando aos outros e se instruem, instruindo. Esses applausos, bem os merecem os que tiverem a ideia, tão para louvar, de pôr em público O ENSINO, em que sairão estampados os fructos de seus estudos, as lições que uns darão como mestres e que outros aprenderão como discípulos. Que não falte aos que tal comettimento se abalançam a virtude da perseverança, que é condição essencial para que vão ter a bom êxito todas as obras humanas. Ide: Ensinai e aprendei (SODRÉ, 1918, p. 2,3).

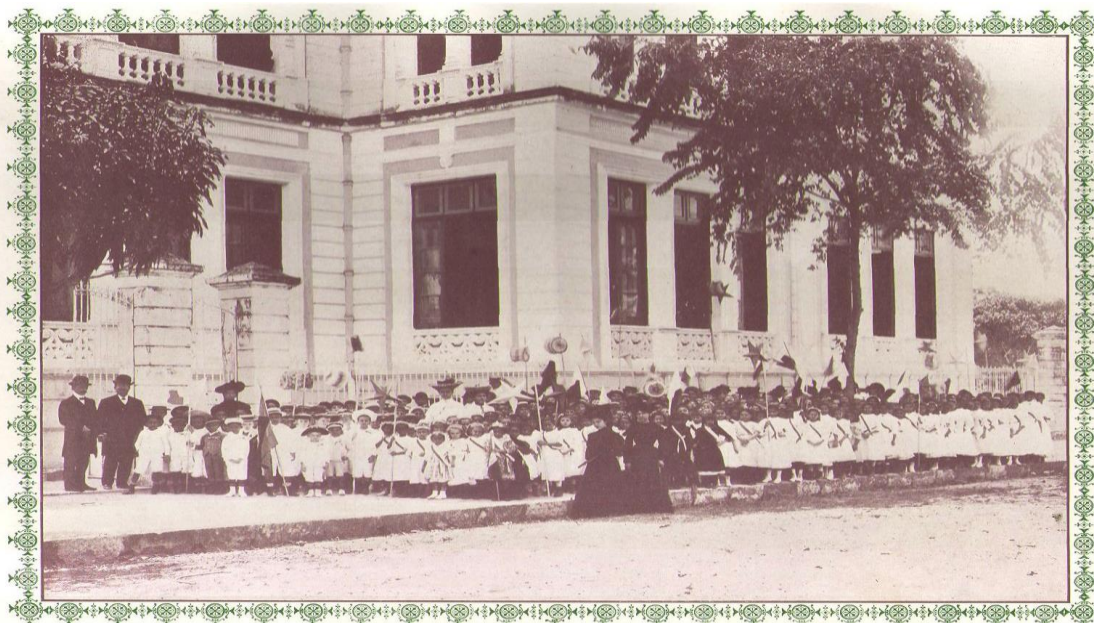
Revestidas de caráter educativo, as festas cívicas eram outra dimensão importante dos estudos e ensinamentos educacionais republicanos, e tinham o intuito de plasmar uma identidade social comum e formar valores. Era considerada a maneira mais fácil de inculcar os ensinamentos pátrios nas crianças, do que por prelações ou exposições do assunto pelo

professor. Como considera Lowenthal (1998), “a memória é uma construção seletiva do presente, é uma percepção distorcida, uma leitura do passado no presente”. É a memória que estabelece a identidade do indivíduo e suas relações e nexos com a comunidade, importante no processo de constituição de uma identidade nacional.

Os festejos de 7 de setembro entram no rol das festas cívicas em Belém. A do ano de 1905 foi amplamente divulgada e registrada pela imprensa local, resultando no “Album da festa das Crenças: descrições e fotografias”. Essa grande festa cívica desfilou pelas ruas da cidade, com seus variados carros alegóricos trazidos pelos grupos escolares e escolas municipais, contando com vasta participação de professores, alunos e da oficialidade local.

Dentre as manifestações de hontem, a esplendorosa festa das creanças das escolas tomou excepcional relevância. O pensamento do chefe do Estado, organizando carinhosamente essa encantadora homenagem, outro não foi, certo, incentivar publicamente a alma despreocupada da infância. Grande e Frutificante é alcance que ella encerra [...] a intenção do Governo, reunindo n'uma ruidosa festa pública as creanças que se instruem nas escolas do Estado e do Município, assenta em bases puramente pedagógica. As 4 da tarde já era notável e vivíssima a animação na praça da República, o nosso mais concorrido logradouro público, disgnado ponto de partida do grande encantador prestito da infância escolar de Belém, para a praça Justo Chermont, onde se deviam realizar os esplendidos festejos, que, ao mesmo tempo que significavam a mais distincta commemoração á nossa mais assignalada data nacional, fulgiam por um bello cunho de estímulo a infância que se educa n'esta capital, incutindo-lhe o amor á escola, onde são formados o coração e o espírito (ALBUM FESTA DAS CREANÇAS, 1905, p. 4).

Imagem 1. Alunos do 4ª Grupo Escolar José Veríssimo, em comemoração de 07 de Setembro



Alunos do 4.º grupo escolar (José Veríssimo) em direcção ao prestito.

As festas republicanas serviam como instrumento para alcançar não só as crianças, mas toda a população, conclamando o cidadão a adentrar no universo simbólico característico do regime, necessário a afirmação de um imaginário patriótico e a formação da alma republicana (COELHO, 2002).

Segundo Bittencourt (2011), os rituais das festas cívicas eram uma das principais estratégias para ensinar as tradições nacionais e criar uma memória histórica, produzida junto e para a instituição escolar.

As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas as “datas nacionais” de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos patrióticos, além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o título de cívicas compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizavam e fiscalizavam tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas festas cívicas, é possível verificar que o ensino de História não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da “História da pátria” ser temas preferencial de livros de leitura e das musicas escolares, havia outros recursos de comunicação, com rituais e símbolos para a institucionalização de uma memória nacional (BITTENCOURT, 2011, p. 54).

Um dos usos do passado no presente, que está para Lowenthal (1998) entre seus benefícios e vantagens, seria o caráter da orientação, onde este passado seria evocado para servir de lições úteis e exemplares ao presente. No Brasil e no Pará, na primeira república, a História e a História da nação, e o passado deveria ser usado pedagogicamente pela sociedade presente. O uso exemplar e pedagógico da História eram princípios caros a quem estava ocupado com a tarefa de escrever a História.

O USO EXEMPLAR DO PASSADO: MEMÓRIA HISTÓRICA E MANUAIS ESCOLARES

A entrada de temas nacionais nos livros escolares brasileiros, próprio do advento do regime republicano, intensifica sua missão pedagógico-nacionalista com a obrigatoriedade do ensino primário, divulgando e criando a imagem de um país grande e moderno. Com esse intuito, determinados símbolos e valores são reforçados no currículo e outros excluídos, negados.

Segundo Gomes (2009), os esforços empreendidos por intelectuais nesse período (especialmente aqueles que se identificam como historiadores dentro de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB), a respeito da escrita da História, foram imprescindíveis para constituição do campo da historiografia brasileira, momento em que se revisa a História do Brasil, sob o olhar republicano, revitalizando personagens e fatos, mitificando novos heróis, reescrevendo a História do Brasil sob novos parâmetros. Esse campo fértil, com as mudanças sociais em curso e a constante necessidade de se produzir uma simbologia para o novo regime faz crescer o debate sobre o caráter científico desse campo do saber, e ao mesmo tempo estreita seus vínculos com as ideias de civilização e progresso.

Acreditando que a História não deveria servir apenas para um público especializado e limitado de letrados, mas para todos os homens, dada a sua utilidade prática, aproximando o passado do presente, dando luz aos acontecimentos do passado para que ele pudesse corrigir ações e dimensionar o presente e criando bases para o futuro. Esse caráter pragmático da História suscitaria na população o respeito e admiração pelo legado do passado, e sentimentos pátrios imprescindíveis ao futuro da nação.

A construção da identidade nacional brasileira estaria intimamente relacionada à revisitação e reconstrução de sua História e de suas experiências no tempo, tecendo uma leitura positiva do passado, marcadamente homogeneizadora e harmoniosa, com ações inspiradoras e exemplares. O esforço de releitura positiva do passado colonial contrapunha-se à visão de que a História brasileira era marcada por mazelas, o que era um empecilho à unidade nacional. Os conteúdos ensinados eram marcadamente compartimentados, e valorizavam os feitos heroicos e nomes, geralmente ligados às lutas pela defesa do território e a afirmação dos ideais nacionais republicanos, identificando no passado elementos para sua legitimação.

Nesta perspectiva, cria-se uma intensa produção simbólica, em que heróis, símbolos, hinos e celebrações são articulados, com a tarefa de ensinar aos brasileiros a sua História, e especialmente, afirmar que o novo regime político era fruto de um processo histórico, cuja memória precisava ser resguardada.

Constituiu-se na primeira República, uma espécie de Pedagogia da nacionalidade com vias de afirmação do ideário republicano nascente, para isso era imperiosa no dizer de Hobsbawm e Ranger (2008) acerca da “invenção de tradições”, que cabe à História a “invenção” do passado, através de uma narrativa histórica que pudesse atingir a população.

Ambas as dimensões da escrita da história – a científica e a ensinável – inscrevem-se no diálogo entre história e memória, sendo ambas objeto de uma história da história, que pode ser também uma história da memória nacional. Dessa forma, é importante entender que os avanços da profissionalização e da institucionalização da pesquisa histórica mantêm sólidas conexões com as preocupações de divulgação desse tipo de saber, podendo ela inclusive, estar encarnada no mesmo indivíduo, que é historiador, divulgador e educador (GOMES, 2009, 87).

A escrita da História para fins escolares, neste sentido, era dotada de características próprias, constituindo-se um saber distinto do acadêmico, pela identificação de seu papel e organização para atingir determinado fim, além disso, é continuamente reelaborada e redefinida dentro da escola na prática educativa.

A história ensinada, e que predominou nos livros, era marcadamente biográfica e factual, tinha neste momento o intuito de oferecer bons exemplos e lições cívico-patrióticas, tornando-se junto com a Geografia Pátria e Língua Pátria, uma disciplina fundamental na

formação do cidadão nacional (NADAI, 2011).

Entre as estratégias utilizadas por autores na elaboração dos manuais didáticos, predominava o emprego de um discurso ufanista, no qual era necessário apresentar o Brasil aos brasileiros, ressaltando suas raízes, suas batalhas, a grandeza de seu território, suas qualidades naturais, seus heróis e feitos, seja de natureza política, militar ou científico serviriam de modelo para estudantes, com tributos ou qualidades que deveriam ser cultivadas. Por outro lado, os nomes dos maus brasileiros, traidores da pátria, deveriam ser citados como exemplos a se evitar. Criavam-se, então, recursos que permitissem ao aluno transformar-se num patriota, através do conhecimento dos fatos e sua apreensão.

A História Pátria permeada de modelos cívicos, construída para as escolas primárias e ginásiais, tinha a função específica de criar a imagem de um passado único, capaz de esclarecer aos alunos, que eram as autoridades, no presente e no passado, responsáveis pelo destino da nação. A construção desse passado, com seus heróis e tradições homogeneizadoras, foi disputada entre os grupos políticos que se revezavam no poder ou que estavam próximos a ele (BITTENCOURT, 1989).

No Pará, muitos se dedicaram a escrita de uma história ensinável, por meio dos manuais escolares entre eles historiadores de ofício sentados nas cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), como Higino Amanajás e Theodoro Braga. Nem todos os livros didáticos produzidos no Pará republicano chegariam às escolas primárias, pois seus conteúdos meticulosamente selecionados, deveriam ser aprovados e adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Os livros que estivessem apenas na categoria de aprovação, não recebiam o privilégio de chegar aos professores e alunos (CARDOSO, 2013).

Os conteúdos, portanto, recortados, selecionados de acordo com que era considerado digno pelos republicanos, serviam a uma finalidade educativa e nacionalizadora, preocupados com a exaltação da pátria e da nação, calcada nas ações exemplares do passado.

CONSTRUINDO A MEMÓRIA REPUBLICANA: “ALMA E CORAÇÃO” E “APOSTILAS DE HISTÓRIA DO PARÁ”

Os livros escolares estudados, foram utilizados e distribuídos no ensino primário no Pará na Primeira República, “Alma e Coração” de Hygino Amanajás² (publicado em 1900 e reeditado em 1905), e “Apostilas de História do Pará” de Theodoro Braga (1915), sendo ambos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o primeiro participou de sua criação em 1900 e refundação em 1917, e o segundo foi secretário da instituição após 1917. Os dois autores coadunavam com discussões comuns à época, sobre o papel e a importância da educação, como vias de ensinar a disciplina moral e patriótica ao povo, conhecendo e valorizando as tradições nacionais, especialmente as republicanas.

Jornalista, político, diretor do Diário Oficial do Estado e escritor, Hygino Amanajás, já era reconhecido por seus livros escolares, especialmente por “*Noções de Educação Cívica para uso das escolas primárias do Estado do Pará*”, publicado pela tipografia da Imprensa Oficial em 1896, reeditado em 1898 e adotado por determinação do Conselho Superior de Instrução, pela indispensável qualidade em tratar dos assuntos pátrios para a juventude carente desses preceitos. Amanajás afirma que a ausência de conhecimentos dos meninos e de material voltado à explicação de “seus deveres de futuros cidadãos” da pátria, foi a motivação necessária para se dedicar a escrita do livro, reafirmando os valores republicanos e o amor à pátria nos jovens e crianças paraenses, necessários a “felicidade e progresso do país”:

Impressionado pela ignorância dos meninos, que frequentam as nossas escolas, no que diz respeito os seus deveres de futuros cidadãos, resolvi escrever este dispretencioso trabalho, em linguagem simples e ao alcance da

² Antônio Hygino Cardoso Amanajás, nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, Abaetetuba, em 15 de junho de 1852, filho do coronel Antônio Cardoso Amanajás e de Vitória Maria da Silva Brabo Amanajás. Em Abaetetuba fez sua formação primária, e o secundário no Seminário Episcopal de Belém, sob a direção de D. Antônio de Macedo Costa, de quem era afillhado. Em Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, Amanajás, iniciou sua carreira política, fazendo parte do diretório do Partido Conservador, sendo eleito deputado estadual em três legislaturas sucessivas até a proclamação da república. Esteve entre um dos cinco deputados que, em pedido de manifestação das Câmaras Municipais pela proclamação da república, votou por ela, junto com ele estavam neste ato: Domingos Olympio, Ignácio Moura e Raymundo Martins. Fundou e dirigiu por 10 anos o jornal “Abaetéense”, feito que tinha muito orgulho, deixou o jornal para organizar o Diário Oficial, a pedido do então governador do Estado Justo Chermont. Comandou o Diário Oficial do Estado por 26 anos, até 1917 quando se aposentou. Eleito deputado no primeiro governo do Dr. Lauro Sodré, servindo ao cargo até o governo do Dr. João Coelho. Foi autor de diversos projetos, entre os quais de sua autoria, está o que mandou adotar a bandeira do Clube Republicano como bandeira do Estado, ato realizado em sessão de 03 de junho de 1898. Colaborou em diversos jornais da capital, e como sócio do Instituto Histórico e Geográfico e da Santa Casa de Misericórdia. Entre suas produções: Contos e Lendas paraenses (s.d), *Noções de Educação Cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará* (1898). (MOURA, 1915, p. 86; IOEPA 2009; Cf. Pará e Amazônia: Catálogo de Obras Raras ou valiosas da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”).

Wanessa Carla Rodrigues CARDOSO

compreensão de creanças. [...] Para a felicidade e progresso de um paiz so podem concorrer a instrução e a educação cívica e moral de seus filhos: uma sem a outra nada póde fazer, porque ellas se completam e se auxiliam. (AMANAJÁS, 1898, p. 57).

Caracterizado como “Livro de Leitura”, *Alma e Coração* foi editado pela primeira vez pela tipografia J.B. dos Santos com uma tiragem bastante significativa de cinco mil exemplares, sendo reeditado pela Imprensa Oficial do Estado em 1905. É claramente um livro voltado para o uso escolar, primeiro por ser um livro de leitura, seguindo as recomendações de políticos e intelectuais do período, como José Veríssimo, que desaconselhavam o uso de compêndios de História do Brasil para o ensino primário, sendo os livros de leitura os mais indicados para os alunos, recheados de ensinamentos cívico-morais e com narrativas que atraíam o público leitor (VERISSIMO, 1985). Segundo, por ter sido inspirado no livro amplamente conhecido no Brasil do século XIX, de grande sucesso editorial em todo o mundo por suas qualidades didáticas, e utilizado nas escolas de então para a formação cívica da juventude, “Coração” de Edmondo de Amicis. Adotando a estrutura narrativa do livro italiano, em forma de missivas. E terceiro, pelo conteúdo dos aconselhamentos e prelações do professor, claramente preocupado em cultivar nos alunos virtudes ligadas a preceitos morais-religiosos.

Com preocupações claramente republicanas, Amanajás estabelece frequentemente na narrativa a oposição entre República e Monarquia, vinculando a República à modernidade, ao progresso da cidade de Belém e das instituições aqui existentes. Quanto a essa última, está vinculada necessariamente a escravidão, ao atraso econômico, social e das instituições de ensino.

Estimula nos alunos o amor à pátria e o estudo de História Pátria, necessários para conhecer o passado da nação, seus principais acontecimentos e o conhecimento de seus heróis com conduta patriótica exemplar, a quem a mocidade deveria se inspirar, por suas ações grandiosas e abnegadas em favor da nação. Recheado de intenção educativa, cívica, patriótica e social, o livro *Alma e Coração* atribui grande valor a família, a escola e ao trabalho, necessários a conduta social do cidadão republicano.

Enquanto o livro de Amanajás tem como pano de fundo a cidade de Belém na virada do século XIX, “modernizada pelo progresso material”, pouco ou quase nada trata de assuntos de

História da Amazônia, ou quando muito, esses assuntos são citados de maneira vaga e superficial, como a Adesão do Pará a Independência, rapidamente citada como data a ser lembrada (AMANAJÁS, 1905).

O livro de Theodoro Braga³, por outro lado, elaborado 15 anos após *Alma e Coração*, momento em que já havia um forte clamor entre a intelectualidade local por temas regionais, na tentativa de demarcar nossas singularidades e especificidades aborda assuntos de “História Pátria regional”, como alerta o autor em prefácio, demarcando as origens da cidade de Belém e seu passado colonial (FIGUEIREDO, 2001; 2006)

Apostilas de História do Pará, apesar de ser direcionada aos dois públicos, a alunos e professores primários, pelos assuntos escolhidos e pela forma de abordá-los, podemos inferir que há um objetivo claro de formação do professorado local, ao tratar da origem do ensino primário no Pará, a importância do mestre-escola e o papel da mulher na educação (BRAGA, 1915).

Estas temáticas, aparentemente desconectadas dos assuntos anteriormente tratados sobre a História colonial e a fundação da cidade de Belém, demarcam nossa evolução social, marcados pelo progresso da instrução e evolução do ensino primário no Pará, segundo o autor, dimensionando o papel histórico dos professores de missionários da pátria, e de formação do cidadão cívico-patriótico que o Estado queria. Para isso, lembra o papel

³ Theodoro José da Silva Braga, paraense de Belém, nascido em 8 de junho de 1872. Após seu fértil período em sua cidade natal, volta ao rio de Janeiro em 1921, tornando-se professor na Escola Nacional de Belas Artes e onde passa dirigir interinamente o Instituto de Formação profissional João Alfredo. Em 1926 torna-se catedrático da Escola de Belas Artes de São Paulo, instituição da qual participa da fundação. Falece na cidade de São Paulo em 1953. Entre suas produções: A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito do intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antônio J. de Lemos. Belém: Secção de Obras d'A província do Pará, 1908; O Município de Breves (1738-1910): monografia organizada com o estudo feito sobre documentos oficiais e obras vulgarizadas. Belém: G. de Torres, 1911; Apostilas de História do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1915; Guia do Estado do Pará. Belém: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1916; Noções de Chorographia do Estado do Pará. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.; História do Pará: Resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1931. Além de publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará até 1920, como: A arte decorativa entre os Selvagens da foz do Amazonas” (RIHGP,1917); História do Pará- Mais dos Capitães- Mores no governo da Capitania do Pará” e “ Jornais Paraenses”- de 1908 e 1918 (RIHGP,1920); publicou também no Anuário de Belém de Ignácio de Moura, em comemoração ao Tricentenário da Fundação da cidade de Belém, com o trabalho: A arte Brasílica através da Cerâmica da Ilha de Marajó.(MOURA, 1915).

importante dos jesuítas na educação e o papel abnegado na “domesticação” dos índios, não só no ensino da fé, mas também no ensino da língua e de hábitos (BRAGA,1915).

Ao retratar os marcos de origens da cidade de Belém, suas origens históricas, buscava demarcar a identidade regional, dando a unidade necessária para a continuidade de uma trajetória gloriosa, amparada pelo progresso e pela civilização. A educação, os conhecimentos de História Pátria, das nossas narrativas históricas, seus feitos e heróis, seriam fundamentais neste processo.

O saber de história escolar, construído pelos autores, pode ser caracterizado pelas escolhas dos assuntos, selecionando conhecimentos dignos de serem veiculados, construindo-se uma memória histórica positiva da nação; pela forma de abordá-los, em uma busca incessante de conhecer o passado e seus heróis, para que exemplarmente ele pudesse ser utilizado no presente; pela estrutura simples e objetiva da narrativa; e pela finalidade educativa por meio da História Pátria presente em ambas as obras, com conteúdos de supervalorização do patriotismo, para a conformação dos ideais nacionais, legitimadas pela História. Assim, determinados fatos e heróis são valorizados em detrimento de outros, inventando-se tradições nacionais, característica comum à literatura didática do período.

Esses conteúdos foram intencionalmente construídos e legitimados pelo Estado, que direcionavam, neste contexto, o que deveria ser veiculado por livros e ensinado por professores, através de um mecanismo de controle e avaliação dos livros que poderiam ser aprovados e adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. *Alma e Coração* e *Apostilas de História do Pará*, deste modo, com o aval oficial, vão contribuir para validar um tipo de História e um tipo de narrativa histórica, tida neste momento como ensinável, condizente com projeto político patriótico republicano.

Com a aceitação do Conselho e tendo sido transformado em obras impressas, esses livros entraram em circulação e foram lidos por professores e alunos paraenses, estabelecendo e veiculando conteúdos oficiais, em um período em que essa produção era considerada ferramenta fundamental para o desempenho da função docente.

Amanajás, em prefácio da segunda edição, demonstra a grande aceitação de seu livro de leitura, pela família, pela escola, por professores.

Wanessa Carla Rodrigues CARDOSO

Este livrinho foi recebido pelo público da minha terra com uma benevolência, que me confunde e me desvenece. A família e a escola deram-lhe significativo acolhimento; pois em três annos exgottou-se a primeira edição de cinco mil exemplares. De professores e particulares recebi congratulações animadoras, que me deram coragem para fazer uma segunda tiragem [...]. (AMANAJÁS, 1905, p.1).

Tendo sido editado inicialmente pela livraria Clássica, que assemelhava-se no Pará a Francisco Alves no Rio de Janeiro, e posteriormente pela Imprensa Oficial, o sucesso editorial do livro de Amanajás, e sua grande aceitação na escola, por professores, na família e pela officialidade, pode ser medida por estar entre os *Livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias do estado do Pará no ano de 1903*, sendo direcionado para o uso dos grupos escolares e escolas isoladas do Estado no 2º ano do curso Elementar, constar na relação de livros oficiais em 1919, direcionado ao 4º ano do curso do Elementar primário, e por ter esgotado em três annos cinco mil exemplares (A ESCOLA, 1903, p. 260; O ENSINO, 1919, p. 186 e 187).

Apostilas de História do Pará por sua vez, foram impressas e distribuídas impulsionadas pelo intenso movimento cívico-patriótico que tomou conta de políticos e intelectuais locais, em comemoração ao tricentenário de Belém, momento no qual foram executadas várias ações com esse intuito, como a elaboração de livros, panfletos, galerias históricas, hinos, e a própria fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, organizada por um comitê patriótico, tendo em Theodoro Braga um de seus articuladores. Em prefácio Theodoro Braga revela a razão da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública:

A Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, associando-se a numerosos outros factores commemorativos desta data, elaborou opportunas theses, [...] para serem estudadas, defendidas e explicadas [...]. Impressas e distribuidas essas theses, um propício movimento de entusiasmo patriótico se apoderou de todos os que amam esta sagrada parcella da pátria comum (BRAGA, 1915, p.11).

Com as transformações ocorridas nos programas prescritos para o ensino primário, após 1915, os temas de História Pátria regional foram não só instituídos nos programas de História, como também era recomendado ao professor que, primeiramente esses conteúdos fossem abordados e depois os de História Geral e Universal, mudança amplamente

estabelecida com o regulamento do ensino primário de 1919, onde as temáticas de História do Pará são inseridas a partir do 2º ano primário complementar. Compreendemos então que, essas transformações estão concatenadas a imprescindível necessidade em abordar e produzir temáticas locais pela intelectualidade, preocupações na qual Theodoro Braga e sua produção didática assumem importância capital.

Os saberes oficialmente veiculados legitimaram um determinado conteúdo histórico escolar, através de livros e conteúdos prescritos, direcionando o que era digno de ser ensinado nas escolas paraenses. Resultado de uma seleção intencional feita pelo Estado, esses conteúdos passaram a ser vistos como os únicos saberes válidos a serem ensináveis por professores, e apreendidos por alunos das escolas públicas do Estado, através de leitura, de aulas explicativas e da memorização e reprodução de dados e fatos (ROCHA, 1996).

É estabelecido, nesse momento, uma espécie de “pedagogia da nacionalidade” claramente preocupada com a afirmação do ideário político republicano. Para tal, foi necessário reconstruir o passado, mais precisamente o passado histórico da nação que precisava ser ensinado através de uma narrativa acessível e recortada, pautada nas ações exemplares dos heróis nacionais, fatos e datas que remetessem a uma memória positiva do país e direcionasse ações futuras. Construindo, deste modo, uma “escrita “moderna” da História, voltada para um projeto de futuro, mas que não abandona a dimensão do exemplo e a concepção de ser uma “mestra da vida”, ao menos de uma vida republicana” (GOMES, 2009, p. 120)

Os usos da história e do passado, e formação de discursos e percepções sobre o mesmo, nos levam as diferentes formas de integrar a experiência do passado a tessitura da vida social. Esse olhar não é feito de maneira inocente, é fruto de uma seleção, de recortes que possam fazer sentido no presente, presentificando o passado e construindo suas memórias. (LOWENTHAL, 1998). Podemos pensar então os manuais analisados, como uma via de construção da memória, e como parte de um esforço e de construção da própria identidade nacional e regional, dada suas finalidades, políticas, educativas e nacionalizadoras.

FONTES HISTÓRICAS

A ESCOLA: REVISTA OFFICIAL DO ENSINO NO ESTADO DO PARÁ. Livros adotados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas primárias do estado do Pará no ano de 1903, Belém, Imprensa oficial. Anno 4, num. 36, 31 de março de 1903, p. 260.

AMANAJÁS, H. Noções de educação cívica: para uso das escolas primarias do Estado do Pará. Typ. Do Diário Oficial. Belém-PA, 1898.

_____. Alma e Coração. Belém: Typ. da Imprensa Oficial, 1905

ALBUM DA FESTA DAS CRIANÇAS. Descrições e photographias. 7 de setembro de 1905. Estado do Pará. Aillaude C^a Editoras (Paris), 1905.

BRAGA, Theodoro. Apostilas de História do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

O ENSINO: REVISTA MENSAL DE PEDAGOGIA E LITERATURA. Programas de Ensino - organizados e mandados adotar pelo Conselho Superior do Ensino Primário em 1919. Portaria de 25 de Abril de 1919. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 11- 2^a fase, 1919, p.186 e 187. [FONTE]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, C. M. F. Produção Didática e programa de ensino das escolas paulistas nas primeiras décadas do século XX. R. Fac. Educ. São Paulo. 15(2): 167-187, 1989.

_____. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINISKY, J. (Organizador). O Ensino de História e a criação do fato. 14 ed. São Paulo: Contexto 2011.

CARDOSO, W. C. R. “Alma e coração”: o Instituto Histórico e Geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da história escolar no Pará republicano (1900-1920). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 128 p. 2013.

COELHO, G. M. No Coração do Povo: O monumento da República em Belém. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FIGUEIREDO, A. M. *Eternos Modernos: Uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. Panteão da História, Oratório da Nação: O simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios amazônicos. In: NEVES, F. A; LIMA, M. R. (Orgs.) Faces da História da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, p. 545-559, 2006.

GOMES, Â. C. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

HOBBSAWM, E; RANGER, T. *A Invenção das tradições*. tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5^a edição, 2008.

LOWENTHAL, D. El pasado es un país extraño. Madrid: Akal Universitaria, 683 p. 2008.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - online), Belém, v. 05, n. 02, p. 82-97, jul./dez. 2018.

_____. Como conhecemos o passado. In: Projeto História, n.17. 1998.

MOURA, I. Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial. Belém: Imprensa Oficial, 1915.

NADAI, E. O Ensino de História e a pedagogia do cidadão. In: In: PINISKY, J. (Org.). *O Ensino de História e a criação do fato* 14 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ROCHA, G. O. R. R. A trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1837-1942). Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SODRÉ, L. Palavras de Saudação. O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura. Oficinas Instituto Lauro Sodré. nº 1- 2ª fase, 30 de junho, 1918, p. 2 e 3.

VERÍSSIMO, J. A educação nacional. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

